

Museologia

Roteiros Práticos

Segurança de Museus

4

SEGURANÇA DE MUSEUS



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Adolpho José Melfi
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente José Mindlin (Presidente)
Vice-presidente Oswaldo Paulo Forattini
Brasílio João Sallum Júnior
Carlos Alberto Barbosa Dantas
Guilherme Leite da Silva Dias
Laura de Mello e Souza
Murillo Marx
Plínio Martins Filho

Diretora Editorial Silvana Biral
Diretora Comercial Eliana Urabayashi
Diretora Administrativa Angela Maria Conceição Torres
Editora-assistente Marilena Vizentin

SEGURANÇA DE MUSEUS

Título do original inglês: *Improving Museum Security*

Copyright © 2003 by Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries
Segurança de Museus / Resource: The Council for Museums,
Archives and Libraries; tradução Maurício O. Santos, Patrícia
Ceschi. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo:
Vitae, 2003. – (Série Museologia: roteiros práticos; 4)

Título original: *Improving Museum Security*.
Bibliografia.

ISBN 85-314-0765-6

1. Museus – Administração 2. Museus – Medidas de segurança
I. Título. II. Série.

03-0866

CDD-069.2

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-------------------------------------|-------|
| 1. Museus : Segurança : Museologia | 069.2 |
| 2. Segurança de museus : Museologia | 069.2 |

Direitos em língua portuguesa reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Fax (11) 3091-4151
Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 2003

Foi feito o depósito legal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVES AND LIBRARIES	15
RISCOS	17
Avaliando os Riscos	18
Enfrentando os Riscos	19
Estabelecendo Padrões	20
1. PROTEÇÃO FÍSICA	23
1.1. Perímetros	23
1.2. Proteção de Edifícios	23
1.3. Novos Edifícios	24
1.4. Edifícios Existentes	26
1.5. Proteção de Portas	27
1.6. Proteção de Janelas	29
2. ALARMES DE PRESENÇA	31
2.1. Sistemas de Alarme de Presença	31
2.2. Ação Policial	32
3. PREVENÇÃO E DETECÇÃO DE INCÊNDIOS	35
3.1. Reduzindo o Risco por Meio do Projeto	35
3.2. Alarmes de Incêndio e Sistemas de Chuveiros Automáticos (<i>sprinklers</i>)	37
4. EXPOSIÇÕES E FORMAS DE APRESENTAÇÃO	39
4.1. Leiaute Interno e Fluxo de Visitantes	39
4.2. Vitrinas	40
4.3. Controle de Coleções	41

5. VIGILÂNCIA, CFTV E PESSOAL	43
5.1. A Necessidade de Vigilância	43
5.2. Regras e Regulamentos de Pessoal	44
5.3. Chefe de Segurança	46
5.4. Treinamento	47
5.5. Seleção de Pessoal	47
5.6. Circuito Fechado de Televisão (CFTV)	47
6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS	49
6.1. Regras e Regulamentos	49
6.2. Acesso a Áreas Restritas	49
6.3. Prestadores de Serviço	50
6.4. Entregas	50
6.5. Eventos Privados	51
6.6. Controle de Chaves	51
6.7. Controle de Acesso	52
6.8. Segurança de Computadores	53
6.9. Furtos	53
6.10. Planos de Emergência	54
7. TRANSPORTE	55
7.1. Condições	55
7.2. Planejamento	55
7.3. Procedimentos Especiais	55
8. ACOMPANHANTES DE CARGA (<i>COURRIERS</i>)	57
8.1. O papel dos Acompanhantes de Carga	57
8.2. Requisitos	57
8.3. Segurança	57
8.4. Relatórios de Condições	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

APRESENTAÇÃO

Tornar disponíveis em língua portuguesa publicações de interesse para a área de museologia, a partir de originais publicados no Reino Unido por Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries, constitui um marco em nosso país no que se refere ao acesso à literatura especializada nessa área do conhecimento. Em vista da carência de publicações sobre esse tema, esperamos que a iniciativa de Vitae contribua para motivar outras semelhantes, de tal forma que se amplie o esforço destinado a capacitar ou atualizar profissionais desse campo.

Temos muito que agradecer à generosidade de Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries em possibilitar essa iniciativa, com a integral cessão de direitos autorais para a presente publicação e tiragens subseqüentes, consolidando a missão educacional dessa instituição dentro e fora do Reino Unido.

Regina Weinberg

DIRETORA EXECUTIVA/VITAE - APOIO À CULTURA, EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

INTRODUÇÃO

Esta é mais uma tradução relacionada com a série *Guidelines for Good Practice* da Comissão de Museus e Galerias, recentemente denominada Resource: Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas, do Reino Unido. Esta publicação, promovida por Vitae, examina o tema da segurança em museus, contra furtos, vandalismo e incêndio, enfatizando os objetos ali expostos e os espaços que os abrigam. Embora a tradução tenha procurado ser fiel ao original, foi necessário eliminar do texto traduzido para o Português informações que dizem respeito exclusivamente ao Reino Unido, tais como procedimentos legais ou rotinas administrativas de caráter específico.

Por ser uma questão que exige do responsável pelo museu uma visão multidisciplinar que possibilite avaliar os potenciais riscos envolvidos e propor soluções efetivas, a segurança de museus é um assunto de extrema complexidade. É certo que não é possível exigir desse profissional o completo domínio das várias ferramentas de proteção patrimonial. No entanto, é necessária uma visão crítica, de caráter geral, que permita a coordenação de todas as atividades envolvidas no projeto e planejamento dos espaços de exposições, considerando a segurança desses espaços e dos objetos a serem expostos.

A questão de segurança contra incêndio é considerada por muitos um aspecto de menor importância, apesar dos graves exemplos de perdas de valiosos acervos por ação do fogo presenciadas nas últimas décadas. Além disso, atender aos requisitos mínimos das regulamentações de segurança contra incêndio pode não ser suficiente para proteção do acervo e dos objetos expostos, pois estes requisitos oficiais objetivam essencialmente a proteção da vida humana, garantindo o rápido abandono do local. Adicionalmente, os espaços de

exposições podem sofrer com outros tipos de incidentes como inundações, enchentes e vendavais, para os quais são necessários, também, planos de emergência previamente elaborados e implantados.

Esta publicação aborda, de forma clara e sucinta, os vários fatores que podem comprometer a segurança dos espaços de exposições e apresenta as diretrizes básicas para o seu aprimoramento contínuo.

A constante falta de recursos na grande maioria dos museus brasileiros acaba por não permitir que se dê a atenção necessária ao aprimoramento de sua segurança. Adicionalmente, a falta de conhecimento e conscientização sobre o assunto pode agravar o problema, ao gerar planos de melhorias sem contemplar o aspecto da segurança em nenhum momento. Dentre as várias dificuldades encontradas está a falta de literatura a respeito dos problemas de segurança, voltada aos profissionais responsáveis por museus e acervos, que esta publicação busca suprir.

Neste contexto, aspectos como confiabilidade e competência são de extrema importância, porém de difícil avaliação por parte do responsável pelo museu, pois não existe no país nenhum sistema que o auxilie, classificando ou certificando as empresas de segurança patrimonial, de proteção contra incêndio ou de transporte, por exemplo, para o fim específico de proteção dos objetos e do museu que os abriga.

É importante que este assunto seja cada vez mais discutido e estudado por profissionais responsáveis pelos nossos museus, envolvendo equipes multidisciplinares. A crescente promoção de exposições de repercussão internacional no Brasil deveria

ser sempre acompanhada de uma preocupação com o aprimoramento da proteção dos objetos expostos, tanto os pertencentes à própria instituição promotora quanto os de outros acervos.

Rosaria Ono

ROSARIA ONO é arquiteta e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Especializou-se em segurança contra incêndio no Japão e atuou nesta área no IPT-Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Participou de workshop ministrado pelo Getty Conservation Institute sobre planos de emergência para museus, em 2000.

RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVES AND LIBRARIES

Resource: Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas do Reino Unido foi constituído em 2000, quando incorporou a antiga Comissão de Museus e Galerias (Museums & Galleries Commission) e as entidades representativas de bibliotecas e arquivos. Sua missão consiste em universalizar o acesso aos acervos e serviços pertencentes aos museus, arquivos e bibliotecas que congrega. O Conselho procura cumprir tal missão ao desempenhar uma liderança de carácter estratégico, ao defender os interesses das entidades sob sua jurisdição, fortalecendo-as institucionalmente, e ao promover inovações e mudanças. A atuação de Resource estende-se também à área internacional, por meio do estabelecimento de parcerias, como evidencia esta publicação.

Para o período compreendido entre 2003 e 2005, Resource formulou os seguintes objetivos:

- Desenvolver uma infra-estrutura organizacional e financeira que permita o crescimento de seu setor, atendendo às necessidades das regiões em que se divide a Inglaterra e sintonizando-se com as prioridades da Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales;
- Estimular o desenvolvimento de acervos e serviços abrangentes e acessíveis ao público, visando à aprendizagem, inspiração e satisfação de todos;
- Demonstrar o impacto de seu setor na vida social e econômica;
- Definir as necessidades estratégicas e as prioridades de seu setor;
- Efetuar melhorias nas atividades realizadas por Resource.

No plano externo, a equipe de Resource pretende encorajar e manter entendimentos com instituições de outros países,

atuando em parceria com os organismos do Reino Unido que já operam na arena internacional, a fim de conjugar esforços e evitar a duplicação de trabalhos.

RISCOS

Este *Roteiro* define diretrizes que ajudem a oferecer aos museus melhores padrões de segurança. Baseia-se na ampla e variada experiência dos Especialistas em Segurança de Museus da Resource: Conselho de Museus, Arquivos e Bibliotecas. Seu objetivo é fornecer subsídios a todos aqueles que são responsáveis pela segurança de museus, incluindo gerentes de museus, equipes especializadas em segurança e órgãos diretivos (de museus).

Os Especialistas da Resource avaliam as condições de segurança dos espaços de exposição dos museus inscritos no Programa de Subvenção do Governo Britânico e aconselham os museus quanto à segurança dos espaços para os quais empréstimos são solicitados. Também prestam assessoria aos museus estrangeiros na avaliação e elevação de seus padrões de segurança, através do Programa de Subvenções da Resource, como parte dos requisitos da Loteria¹ e outras fontes financiadoras, por meio de palestras e seminários, e trabalhando com organizações como os Conselhos Regionais de Museus e o Grupo de Segurança de Museus.

Obras de arte e antiguidades continuam sendo roubadas de museus no Reino Unido e em outros países. Dada a existência de mercados estabelecidos para artigos roubados, e o fato de que os valores de tais objetos normalmente se conservam ou aumentam, é pouco provável que os furtos diminuam. Entretanto, muito pode ser feito pelos museus para reduzir os riscos de furtos.

1. Referência ao Programa de Subvenções da Loteria no Reino Unido para projetos de museus e instituições afins.

**AVALIANDO
OS RISCOS**

Antes que políticas e procedimentos possam ser definidos para cada museu individualmente, é importante reconhecer a dimensão dos riscos.

RARIDADE E RENOME NÃO PROTEGEM NECESSARIAMENTE OBJETOS
DE FURTOS

O furto num museu alemão de duas pinturas de Turner emprestadas da Tate Gallery, a recuperação no Japão de pinturas impressionistas roubadas de museus franceses e o tiro disparado contra o “Leonardo Cartoon”² na National Gallery ilustram o fato de que raridade e renome não protegem objetos de museus de furtos ou ataques. Na realidade, essas características podem ser os principais fatores a atrair o ativista político ou o vândalo. Às vezes o ladrão persistente é também um provável pesquisador, removendo pequenos objetos em repetidas visitas a uma série de museus para constituir sua própria coleção. Embora acontecimentos extraordinários possam receber cobertura da mídia internacional, não se deve esquecer que a atividade criminal em menor escala, que atrai muito menos publicidade, permanece uma constante ameaça.

DESvantagens DOS MUSEUS COMPARADOS
A OUTRAS INSTITUIÇÕES

Museus requerem um enfoque especial em segurança, uma vez que os objetos não podem ser removidos e

2. Desenho a carvão sobre papel de c. 1500 denominado “A Virgem e o Menino Jesus, Sant’Ana e o Infante São João”. Mede 139 X 101cm e provavelmente é o mais importante desenho do Renascimento que chegou a nossos dias.

guardados numa caixa-forte ou cofre quando o edifício é fechado. Além disso, assegura-se ao público acesso virtualmente irrestrito durante o horário de funcionamento, quando o potencial ladrão tem todas as condições de fazer um reconhecimento completo do local.

INCÊNDIO É OUTRA GRANDE AMEAÇA

Ainda que a ameaça mais comum às coleções seja o furto, não se deve jamais subestimar uma outra ameaça, a de incêndio. Pode-se argumentar que o incêndio é a maior ameaça, uma vez que é capaz de destruir um acervo inteiro, enquanto ladrões geralmente são limitados em sua atividade pelo tempo de que dispõem e por outros fatores.

OBJETOS DE MUSEU FICAM PARTICULARMENTE VULNERÁVEIS QUANDO EM TRÂNSITO

Assim como todo esforço é feito para proteger os objetos enquanto estão guardados em edificações seguras, um cuidado especial deve ser tomado para assegurar um nível comparável de proteção quando os objetos estiverem sendo transportados entre diferentes espaços.

ENFRENTANDO OS RISCOS

Para proteger museus desses riscos, certas políticas e procedimentos devem ser estabelecidos para prover o seguinte:

- segurança física oferecida pelo edifício que abriga o acervo;
- meios de detectar presenças desautorizadas;
- meios de detectar a presença de fogo;
- arranjos e preparativos para vitrinas e exposições;
- vigilância do acervo em exposição ou áreas de estudo;

- procedimentos operacionais de segurança;
- preparativos para o transporte de objetos incluindo o recurso a acompanhantes de carga (*courriers*).

ESTABELECENDO O PAPEL DA RESOURCE

PADRÕES

Um dos mais relevantes papéis da Resource é o de estabelecer padrões para museus no Reino Unido e aconselhar sobre como alcançá-los. Padrões mínimos devem ser alcançados por museus que buscam registro na Resource. Além disso, padrões mais altos, representando uma boa ou excelente prática, são exigidos quando o registro do museu é avaliado para obtenção de apoio do Fundo de Loteria do Patrimônio Histórico ou do Programa de Subvenções do Governo Britânico.

CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO PARA INDENIZAÇÃO GOVERNAMENTAL

Instituições que queiram beneficiar-se do Programa de Subvenções para realizar exposições com peças emprestadas precisarão atender as condições gerais formuladas pelo Departamento do Patrimônio Histórico Nacional. A imposição dessas condições pode variar na medida em que o mérito de cada pedido de subvenção seja considerado individualmente, tendo em conta a natureza, o valor, a portabilidade e a flexibilidade de disposição do objeto que será exposto. No caso de exposições com riscos muito altos, pode ser necessário impor rigorosas condições adicionais aos métodos de exposição e adotar vigilância 24 horas.

TIPOS DE SEGURANÇA A CONSIDERAR

A provisão de proteção física no edifício do museu é a pedra angular das recomendações da Resource. No entanto, o contínuo desenvolvimento da tecnologia eletrônica e de construção permite uma maior flexibilidade.

- Há novos tipos de envidraçamento para edifícios; envidraçamentos similares e estruturas especiais para vitrinas podem também elevar o nível de proteção para peças que apresentem alto risco. As especificações para o envidraçamento devem atender tanto as necessidades de segurança quanto as exigências para o controle ambiental.
- Além disso, uma avançada tecnologia de alarmes pode fornecer proteção extra, adequando-se ao programa de segurança defendido pela Associação dos Superintendentes de Polícia.
- Apesar de suas limitações, circuitos fechados de televisão (CFTV) têm melhorado, a ponto de constituir um valioso complemento na vigilância humana.

1. PROTEÇÃO FÍSICA

1.1. PERÍMETROS

Se o perímetro externo de um edifício pode oferecer um certo grau de proteção, ou atuar como zona de monitoramento de aproximação ao edifício, pode, por outro lado, funcionar como um esconderijo. Na avaliação da necessidade de proteção física, a natureza e a posição de edifícios adjacentes, o acesso de veículos e as áreas de estacionamentos devem ser levados em conta.

Uma cerca perimetral bem desenhada e bem mantida fornece um nível limitado de proteção, ao passo que a inclusão de um sistema eletrônico de detecção pode transmitir avisos de alerta aos primeiros sinais de aproximação. Uma simples iluminação intensa, instalada pelo perímetro, provoca intimidação. Patrulhas noturnas aumentam muito a proteção externa.

1.2. PROTEÇÃO DE EDIFÍCIOS

Um eficiente sistema de detecção de presença pode prontamente identificar uma intrusão num edifício e gerar uma mensagem para que a polícia tome providências, mas não é capaz de oferecer nenhuma forma de resistência a essas intrusões. Isto só é possível através de meios físicos, que podem muitas vezes barrar o intruso ou pelo menos ganhar tempo para que a polícia responda ao alarme. *Por essa razão, a provisão de proteção física é a pedra angular das recomendações de segurança da Resource.*

A natureza do acervo, seu valor e sua portabilidade influenciarão no grau de proteção a ser providenciado, mas a casca³ do edifício deve ser, em todo caso, de

3. Por “casca” devemos entender toda superfície que isola o interior do exterior do edifício: não só paredes, janelas e portas, mas ainda a cobertura do edifício e, dependendo das circunstâncias, também o piso.

construção resistente. Materiais como tijolo, pedra ou concreto são geralmente os mais resistentes a tentativas de arrombamento. Aberturas na casca do edifício, tais como portas, janelas e clarabóias, devem ser reduzidas ao mínimo possível, e as que restarem devem ser fortalecidas para deter ou dificultar invasões.

1.3. **NOVOS EDIFÍCIOS**

Para novos edifícios, podem ser projetadas medidas básicas de segurança. Não se tenciona com isso restringir a liberdade do arquiteto em projetos de edifícios adequados ao ambiente circundante ou que realcem o acervo de um museu: *mas o arquiteto tem o direito de receber um programa explícito em matéria de segurança ainda nas primeiras fases do projeto*. Recomendações de segurança cumpridas nessa fase podem não só evitar a necessidade de ulteriores medidas adicionais de segurança, que podem comprometer a aparência do edifício, mas também garantir que não haverá custos adicionais de segurança quando o edifício for posto em uso.

A FASE DE PROJETO

Estabelecer requisitos de segurança ainda na fase do projeto torna possível minimizar características que venham a ajudar um intruso a adentrar o edifício.

- Como a casca de um edifício é normalmente tida como o perímetro de segurança, o número de aberturas nessa casca deve ser limitado ao necessário para o acesso, o controle ambiental e a iluminação natural.
- Portas, janelas e clarabóias devem todas ser protegidas para reduzir o risco de escoamento de grandes volumes fora do horário de expediente e ter a capacidade de resistir a

determinados ataques físicos, por tempo necessário à ação das equipes de segurança interna e/ou da polícia.

- A presença de tubulações, lajes e contrafortes pode tornar janelas, clarabóias e portas acessíveis ao intruso. Como tubulações internas colocam riscos ao controle ambiental, outras soluções para os riscos de segurança relacionados a tubulações devem ser adotadas.
- A entrada/saída do intruso também pode ser facilitada pelas saídas de emergência e rotas de fuga não trancadas internamente fora do horário de expediente ou insuficientemente protegidas durante o horário de funcionamento.
- Um bom projeto pode também reduzir a possibilidade de ladrões se esconderem dentro do edifício durante o horário de funcionamento com o intuito de escapar depois da hora de fechamento. Deve-se evitar espaços inúteis, becos, dutos não protegidos e painéis onde alguém possa se esconder.
- Providências são necessárias para uma divisão segura entre as áreas abertas e as fechadas ao público, com um sistema de detecção de presença projetado adequadamente.
- No exterior, deve-se evitar áreas de esconderijo como vegetação, pórticos, portas com recuo profundo e edificações adjacentes projetadas.
- O risco de ataque advindo de um edifício vizinho sem o mesmo nível de proteção talvez não seja imediatamente aparente, mas pode requerer que as paredes comuns tenham uma construção mais reforçada que a projetada originalmente. Materiais como blocos vazados, blocos de concreto celular, placas de cimento-amianto, mantas de alumínio, placas de gesso cartonado, placas cimentícias e elementos de vedação com composição betuminosa são atualmente muito usados na construção de edifícios, mas não oferecem a mesma resistência a ataques que alguns

materiais mais tradicionais. Esses materiais podem ainda não ser quimicamente estáveis em relação à conservação das coleções e representar riscos adicionais em casos de incêndio.

1.4. **EDIFÍCIOS EXISTENTES**

Uma grande variedade de espaços é usada para abrigar acervos de museus. Muitos não haviam sido construídos para este propósito e por isso os requisitos de segurança tinham pouca importância em seus projetos e construções originais. O tombamento de um edifício de museu também restringe alterações ou ampliações, a menos que se possa obter uma autorização legal.

- Sempre que possível, portas e janelas sem uso devem ser emparedadas com a mesma resistência das paredes ao redor. Deixando a porta ou janela no lugar e restringindo o preenchimento ao interior do edifício, é possível preservar a aparência externa de um museu. Também por motivos de controle ambiental, é desejável criar preenchimentos tão robustos quanto possível.
- Clarabóias devem ser eliminadas, se desnecessárias, embora se reconheça que em salas de exposição iluminadas pelo teto isso pode ser impraticável. Pode-se também argumentar favoravelmente à eliminação em razão do controle ambiental.
- É possível conseguir-se alguns reforços com o auxílio dos órgãos de planejamento, especialmente em se aproveitando programas de manutenção e reparos. Por exemplo, um telhado de ardósia ou de telhas fixadas em sarrafos sem forro pode ser consideravelmente reforçado se as ardósias forem intercaladas com beirais fechados com madeira e/ou uma camada de metal expandido, adicionado sob o revestimento externo do telhado. Deve-se aproveitar a

oportunidade também para adicionar isolamento térmico e barreiras de vapor, onde for apropriado, de maneira a estabilizar o ambiente.

Já que muitos edifícios de museus têm cem anos ou mais, tornar seguras as numerosas aberturas na casca do edifício pode ser uma tarefa árdua e cara. Às vezes a dimensão do trabalho exigido torna a implementação de um programa de reforço difícil de ser financiada, mesmo quando os trabalhos podem ser divididos por um certo número de anos. O melhor enfoque, nessas circunstâncias, pode ser definir um plano inicial, ao alcance dos recursos do museu, excluindo parte do edifício do perímetro de segurança prioritária. Pode-se argumentar que isso não seria recomendável, uma vez que as áreas deixadas sem proteção poderiam fornecer esconderijos de onde um ataque poderia ser articulado. Entretanto, definindo um perímetro de segurança menor, projetado em torno dos objetos de alto risco, a área restante pode tornar-se uma zona intermediária com alarme, equipada para sinalizar a aproximação de um intruso em direção à área protegida.

1.5. **PROTEÇÃO DE PORTAS**

As portas e suas aberturas podem ser protegidas em diferentes graus.

- Portas exteriores devem ser feitas pelo menos de madeira maciça e dura ou ter uma estrutura sarrafeada sólida. Reforços adicionais para enfrentar riscos maiores podem ser instalados, como portas de aço de espessuras variáveis ou portas de segurança laminadas com plástico reforçado ou folhas de aço. Toda porta de metal deve incluir uma camada de isolamento e uma barreira térmica entre as folhas de metal internas e externas, de modo a reduzir os ganhos e as perdas de calor que se dão através dela.

- O batente deve sempre ser capaz de sustentar a porta e ser ao menos tão resistente quanto ela. Conjuntos de portas e batentes de segurança podem ser confeccionados por encomenda.
- Portas externas envidraçadas devem sempre ser consideradas como fracas e amparadas por um sistema secundário, tais como portas de correr ou pantográficas de aço ou portas de segurança laminadas, adaptadas junto à face interna da porta de vidro. Essas soluções podem ter custo viável e ser esteticamente aceitáveis.

O ponto fraco de qualquer porta é freqüentemente o sistema de trancamento. Portanto, deve-se ser cuidadoso na escolha desse sistema, consultando um chaveiro especializado no caso de locais de alto risco. Há trancas de diferentes tipos, tamanhos e qualidades; uma cuidadosa avaliação permite identificar o sistema apropriado. Os pinos das dobradiças ajudarão a segurar a porta em seu batente durante uma investida, e serão de fundamental importância se as dobradiças estiverem expostas ao lado do ataque.

SAÍDAS DE EMERGÊNCIA⁴

Mesmo considerando que rotas de fuga de público são essenciais, é importante que as saídas de emergência não facilitem a rápida fuga do ladrão. Isso é válido em espaços abertos ao público ou não. As necessidades de

4. No Reino Unido, a interpretação dos requisitos legais para rotas de fuga varia de área para área, sendo, portanto, difícil chegar a uma regra simples nesse assunto. No Brasil, existem legislações estaduais e municipais sobre rotas de fuga, que também variam.

proteção muitas vezes conflitam com as normas de segurança pública quando se trata de saídas de emergência em museus.

Freqüentemente, durante o horário de funcionamento do museu, os ladrões conseguem arrancar ou golpear e agarrar algo, e depois escapar por uma saída próxima. O ladrão pode ser barrado se a porta for adicionalmente protegida por uma trava eletromagnética conectada ao sistema de alarme de incêndio. Como alternativa, um interruptor de tipo solenóide incorporado ao equipamento de liberação das portas pode retardar a liberação por um período predeterminado, algo como 10 segundos.

À noite, quando o edifício está vazio, algum tipo de trava definitiva pode ser usado, mas é essencial que ela seja destravada quando o edifício volte a ser ocupado. A equipe responsável pela abertura do edifício pode se advertida disso por sinais sonoros ou visuais, que indiquem as saídas como trancadas, adicionados à caixa de controle do sistema de detecção de presença.

1.6. **PROTEÇÃO DE JANELAS**

Janelas e clarabóias serão sempre um grande problema para a segurança de museus. Às vezes mesmo janelas muito altas podem ser alcançadas a partir de telhados ou lajes adjacentes. Como melhorias, pode-se usar o seguinte:

- Tijolos de vidro dispostos em molduras de aço ou concreto para clarabóias.
- Janelas com caixilho trancado ou de aço, incluindo um isolamento térmico para evitar a condensação, com vidraças não maiores do que 23 cm x 18 cm.

- Janelas estreitas com aberturas efetivas não superiores a 18 cm.

Ainda que seja possível tratar algumas janelas desta maneira, a verdadeira proteção das janelas e clarabóias ficará a cargo de medidas secundárias de proteção, tais como:

- venezianas de aço, preferencialmente como um isolamento sanduíche;
- barras de ferro ou aço;
- grades e portões tipo guilhotina;
- uso de envidraçamento secundário, por exemplo: laminação vidro/policarbonato/vidro;
- envidraçamento múltiplo que aumenta tanto a segurança quanto o controle ambiental.

2. ALARMES DE PRESENÇA

2.1. SISTEMAS DE ALARME DE PRESENÇA

A experiência mostra que a eficácia de um alarme de presença é limitada se a invasão e a fuga do museu puder ser levada a cabo antes da chegada da polícia ao local. É por isso que tem sido enfatizada a necessidade de forte segurança física. Um sistema de alarme de presença pode ser então usado de maneira muito eficiente, sinalizando um ataque assim que o gatuno tenta vencer a proteção física do edifício. Combinados, esses fatores dão à polícia as melhores condições de ação possíveis.

É imperativo que o sinal que alerta para um ataque seja transmitido com segurança a uma agência de monitoramento. Museus não podem confiar em sistemas que disparam uma campainha ou sirene colocada em uma parede externa, na esperança de que o ladrão seja afugentado ou que alguém chame a polícia. É essencial ter um sistema automático, com uma linha de telefone monitorada conectada a um centro receptor de alarme que, em seguida, alerte a polícia. Um sistema automático é atualmente tão essencial a um museu que, se ele for temporariamente suspenso por qualquer razão, presença humana deverá ser providenciada em seu lugar.

A provisão de um sistema equilibrado, que vá ao encontro das necessidades do museu, apenas será alcançada se todas as partes relevantes interessadas forem envolvidas no processo de planejamento. Essas partes podem incluir o arquiteto, o diretor do museu, a companhia de seguros, um consultor independente ou um oficial de prevenção criminal da polícia local. A maioria dos sistemas de alarme de presença combina proteção de perímetro e armadilhas.

- A proteção de perímetro geralmente inclui os dispositivos ativados por invasão ou arrombamentos do perímetro de segurança. Todas as aberturas na casca do edifício, tais como portas, janelas, clarabóias e dutos de ventilação (incluindo aqueles que permitem o acesso a partir de espaços adjacentes fora da área do museu), precisam ser cobertas. A empresa de segurança deve levar em conta fatores ambientais, mas, dentro do possível, a notificação de um ataque ao perímetro deve ser sinalizada o quanto antes. Se o sistema só detectar a invasão quando o perímetro já tiver sido violado, ter-se-á perdido um tempo valioso.
- Proteção por armadilhas (*trap protection*) é a expressão usada para designar os dispositivos que são ativados uma vez que o intruso já esteja dentro do perímetro. Essa forma de detecção baseia-se na identificação de movimento e/ou calor do corpo. Tecnologia moderna, baseia-se na identificação de ambos para acionar o alarme. Apesar de essas unidades serem mais caras, elas são mais confiáveis e menos sujeitas a falsos acionamentos.

Uma combinação desses dois enfoques é geralmente o caminho mais eficaz para se alcançar o padrão de segurança exigido. Considerando-se a necessidade de um perímetro fisicamente forte, sua proteção torna-se prioritária.

2.2. AÇÃO POLICIAL Há muitos anos a polícia vem lutando para gerenciar o número sempre crescente de falsas chamadas geradas por sistemas de alarme de presença automáticos. Mais de 90 por cento das chamadas recebidas pela polícia no Reino Unido não resultam de atos criminosos, mas de programações incorretas do sistema ou alterações feitas inadequadamente pelo usuário, equipamentos defeituosos ou inapropriados ou falhas na linha.

Por essa razão, a Associação de Superintendentes de Polícia do Reino Unido formulou uma política de gerenciamento de sistemas de alarme para reduzir o desperdício dos importantes recursos da polícia. Essa política vem sendo adotada pela maioria dos batalhões de polícia do Reino Unido, com variações locais.

Em suma, a política exige que as salas de controle e sistemas das empresas de segurança e as práticas estejam de acordo com os padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Aprovação de Sistemas de Segurança. Se todos os padrões forem observados, a polícia se incumbirá de oferecer o que define como um atendimento Nível 1 ou de Ação Imediata. Se os padrões não forem observados ou se houver uma taxa inadmissível de chamadas falsas, então o atendimento será provavelmente rebaixado ao Nível 2 (conforme os recursos da polícia permitirem, pela demanda) ou simplesmente ao não-atendimento.

É essencial que museus tenham um sistema de detecção de presença e uma empresa de segurança que observe os padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Aprovação de Sistemas de Segurança e pela Associação de Superintendentes de Polícia para atendimento imediato. Sistemas modernos projetados e mantidos adequadamente, operados por uma equipe que tenha sido plenamente treinada em seu uso, não devem estar sujeitos a chamadas falsas. Apesar de, em ocasiões passadas, os Especialistas de Segurança da Resource terem ajudado a negociar com a polícia a recuperação do

atendimento a sistemas que geravam excessivas chamadas falsas, sob a nova política isso será difícil de obter.

Os usuários devem requerer das empresas de segurança que identifiquem a causa das chamadas falsas ainda num estágio inicial, e, com muita firmeza, insistir em receber a qualidade de serviços especificada em contrato. É altamente aconselhável aos responsáveis consultar suas empresas de segurança e os oficiais de polícia de prevenção criminal para assegurar que seus sistemas estejam observando os padrões requeridos.

3. PREVENÇÃO E DETECÇÃO DE INCÊNDIOS

No decorrer da história, muitos edifícios (e acervos) de museus têm sido destruídos por incêndios. Muitos museus são abrigados em edifícios construídos num tempo em que se sabia muito menos sobre prevenção e detecção de incêndios do que hoje. Muitas horas podem passar-se antes que um incêndio no edifício de um museu vazio se torne evidente, o que pode levar a perdas em grande escala.

3.1. **REDUZINDO O RISCO POR MEIO DO PROJETO**

Edifícios de museus devem ser projetados ou adaptados para minimizar o risco de incêndio e para evitar que este se espalhe. Independentemente de suas responsabilidades estatutárias, o Serviço de Inspeção de Edifícios e o Corpo de Bombeiros devem ser convidados a examinar os edifícios de museus ao menos uma vez por ano, quando devem tomar ciência de suas necessidades específicas. Suas recomendações devem ser comunicadas à gerência do museu e autorizadas as medidas apropriadas. Os conselhos dessas autoridades devem ser observados também na seleção dos materiais usados em exposições e reservas. Esses materiais geralmente devem ser fogo-retardantes, mas, além disso, deve-se ter cuidado ao avaliar se os materiais utilizados em exposições e reservas atendem às necessidades de conservação das coleções. Deve-se notar que a eficácia desses materiais fogo-retardantes se desgasta com o tempo.

Normalmente, qualquer reforma estrutural requer uma aprovação dos órgãos competentes. Modificações em edifícios históricos podem também requerer o consentimento dos órgãos de preservação do patrimônio ou de outros.

- Áreas que abrigam coleções devem ser rigorosamente isoladas num alto padrão (com resistência de no mínimo meia hora, mas de preferência uma hora) contra o

alastramento de incêndios provenientes de áreas de risco como oficinas, laboratórios, cozinhas, caldeiras, salas de máquinas ou estoques químicos, que devem ser localizados preferivelmente o mais longe possível de áreas sensíveis.

- O grau de risco dessas áreas deve ser reduzido o máximo possível, mantendo, por exemplo, um depósito de material químico externo, se possível, e cozinhas, oficinas e laboratórios equipados em padrão profissional.
- Existem armários à prova de fogo que são projetadas para proteger seus conteúdos dos danos de incêndio por um período mínimo, normalmente uma hora. Em geral, eles são grandes, pesados, caros e podem causar mofo, mas podem ser adequados para arquivar registros de aquisições e documentos legais.
- Os discos de *backup* dos computadores devem ser guardados em outros lugares, fora do museu.

FONTES DE ENERGIA

Em edifícios de museus, todas as fiações e os equipamentos elétricos (inclusive equipamentos portáteis) devem ser instalados de acordo com as normas britânicas pertinentes, o Regulamento da Associação de Engenheiros Elétricos, e o Regulamento de Eletricidade no Trabalho. Esses regulamentos também exigem que as instalações elétricas sejam regularmente submetidas a manutenção e inspeção por uma pessoa capacitada.

As instalações de gás, óleo e equipamentos mecânicos também devem estar de acordo com as normas britânicas apropriadas e com os instrumentos legais, sendo regularmente submetidos a inspeção e manutenção. Deve-se fazer o registro de cada um dos equipamentos, onde constarão os protocolos de

manutenção e certificados de inspeção. Uma planta detalhada das instalações deve ser guardada em um lugar conveniente, para que seja passada aos agentes dos serviços de emergência quando estes chegarem ao local no caso de um incidente.

3.2. **ALARMES**

DE INCÊNDIO

E SISTEMAS

DE CHUVEIROS

AUTOMÁTICOS

(*SPRINKLERS*)

PRECAUÇÕES CONTRA INCÊNDIOS

Reduzir o risco de incêndio através de uma boa manutenção, como recomendam os bombeiros em seus programas de treinamento, pode trazer enormes benefícios. Limpezas regulares e remoção de resíduos, e um sistema de inspeção para averiguar se o edifício é seguro quando fechado à noite, são essenciais. Muitos incêndios são causados por mau uso de utensílios elétricos, tais como aquecedores, e pela dispensa negligente de bitucas de cigarro. Essas causas potenciais podem facilmente ser descobertas se inspeções diárias forem incorporadas num bom regime de manutenção.

DETECÇÃO DE INCÊNDIO

Se a detecção de incêndio não for imediata, acervos e edifícios inteiros podem ser perdidos. É, portanto, absolutamente essencial que os museus disponham de um sistema automático de detecção de incêndio capaz de indicar logo no início a presença de fogo. Há no mercado vários sistemas que detectam calor e/ou fumaça. Eles transmitem um alarme via linha telefônica ao Corpo de Bombeiros ou, mais freqüentemente, à estação central da empresa de segurança, além de disparar um alarme local para iniciar uma evacuação do edifício.

SISTEMAS DE CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (*SPRINKLERS*)

O aumento da confiabilidade dos sistemas de detecção de fogo fez com que eles fossem mais empregados pelos museus, especialmente com o crescimento do custo de manutenção de guardas noturnos. Persiste, entretanto, resistência considerável ao uso de sistemas de supressão automáticos tais como chuveiros automáticos. É compreensível, pois as equipes dos museus temem as conseqüências destrutivas de uma descarga acidental de água sobre as coleções que estão sob seus cuidados.

É difícil identificar as causas de descargas acidentais, mas não há razão para supor que esse tipo de equipamento seja tão pouco confiável a ponto de os acidentes serem de fato um problema. Muitos sistemas operam com um tubo que permanece seco até que a cabeça do detector indique um incêndio, e ainda assim a ativação é restrita à zona afetada. Quem trabalha nesse setor esclarece que, durante um verdadeiro incêndio, a quantidade de água dispensada por um sistema de chuveiros automáticos na base do incêndio será muito menor que a necessária, num estágio posterior, para controlar as chamas. Dados da Associação Britânica de Sistemas de Chuveiros Automáticos indicam que 98 por cento dos incêndios em edifícios equipados com sistemas de chuveiros automáticos são extintos pela operação de dois ou três bicos de chuveiros.

4. EXPOSIÇÕES E FORMAS DE APRESENTAÇÃO

- 4.1. **PLANO INTERNO E FLUXO DE VISITANTES** O leiaute de exposições e as rotas de circulação em museus podem ser definidos de modo a prover o máximo de segurança sem limitar a apresentação da coleção. Esses leiautes devem permitir o fluxo de visitantes tanto em circunstâncias normais quanto anormais.

Salas de exposição situadas longe de paredes externas e acima do nível do chão são mais difíceis de penetrar, e portanto são provavelmente mais seguras. Embora certas escolas enfatizem que rotas públicas devam ser separadas das áreas usadas apenas por funcionários, há algumas vantagens em que a circulação dos funcionários se dê através das salas. Quanto mais olhos observarem as coleções, maior o nível de coibição e a chance de se identificar problemas.

Grande parte da proteção física e eletrônica de edifícios não opera durante o horário de funcionamento, quando é permitida a entrada de membros do público e a segurança depende da equipe do museu. Quando se planejar o leiaute de exposições, deve ser dispensada atenção particular às linhas de visão, para assegurar que os vigias tenham a melhor visão possível e que não seja criado nenhum canto escondido, onde um criminoso possa trabalhar escondido. É importante que os objetos sejam expostos de maneira a evitar que um ladrão, primário ou experiente, remova-os com facilidade. Muitos edifícios têm áreas de exposição abertas ou configurações de salas em que os objetos expostos ficam diretamente acessíveis aos visitantes. Sempre que possível, pinturas, desenhos e objetos similares devem ser presos à parede por *mirror plates* e parafusos de segurança, ou métodos similares aprovados. Quadros de alto valor podem ser adicionalmente protegidos por alarmes. Nenhum objeto que possa ser removido facilmente deve ser colocado próximo a portas que permitam fácil fuga do edifício.

4.2. VITRINAS

As vitrinas são a última linha de defesa para objetos expostos em museus. Algumas vezes, as vitrinas são usadas para se conseguir um ambiente apropriado para objetos sensíveis, mas na maioria das vezes elas são necessárias por razões de segurança. Enquanto objetos grandes, como pinturas e estátuas, podem ser protegidos por barreiras físicas e eletrônicas apropriadas, objetos pequenos e atrativos ou frágeis devem ser abrigados em vitrinas fortes e seguras. É possível conseguir-se vários níveis de proteção para reduzir os riscos de roubos ou danos, acidentais ou intencionais, porém muito dependerá da qualidade e do número de funcionários de segurança presentes na área. O fato de a vitrina ser forte o suficiente para resistir a ataques deve compensar limitações em algum outro dos requisitos de segurança.

Há quatro elementos principais a se considerar nas vitrinas: a tranca, as dobradiças, a estrutura e o envidraçamento. As trancas precisam ter bom padrão de qualidade e ser resistentes a furtos e arrombamentos. Essa resistência será mais facilmente obtida se elas forem escondidas da vista imediata. As dobradiças precisam ser de um padrão de qualidade similar, sendo bem presas à vitrina, enquanto a construção da estrutura deve ser de tal forma que um ataque não afete a integridade total da vitrina. O envidraçamento deve ser de um tipo que não se quebre facilmente num ataque e que se encaixe bem na estrutura.

Os tipos de material mais comumente usados em estruturas de vitrinas são madeira, perfis de alumínio e aço, mas há também muitos exemplos de vitrinas com pequena ou

nenhuma estrutura, de modo a apresentar o objeto à observação da melhor maneira possível. Sem estrutura, a resistência da vitrina a ataques reduz-se consideravelmente, pois as partes de vidro ficam suscetíveis de serem arrancadas e a resistência dos envidraçamentos de segurança fica debilitada. Estruturas de madeira maciça oferecem certo nível de proteção, particularmente contra ataques com instrumentos sem corte; contudo, essa proteção será mais limitada quando o ataque for feito com um machado ou outra ferramenta cortante. Perfis de alumínio são comumente usados, mas é preciso lembrar que o alumínio é um metal mole, que pode ser deformado. O material mais forte é o aço – é o mais resistente a todos os ataques que não sejam feitos com equipamento especial para cortar aço – e é recomendável para objetos de alto valor. Quando se selecionar os materiais que ficarão em contato com o interior das vitrinas, deve-se ter cuidado ao avaliar sua adequação à conservação dos objetos.

Os envidraçamentos são a parte mais vulnerável das vitrinas. Grande parte das vitrinas existentes incorpora vidros de baixa resistência a ataques violentos, que assim mesmo podem ser adequados para prevenir furtos casuais e ajudar na manutenção de condições ambientais adequadas. Onde houver riscos sérios de roubo, deve-se usar materiais “anti-furto” para atingir os mais altos padrões estabelecidos pela Resource.

4.3. **CONTROLE DE COLEÇÕES**

Se objetos forem removidos de uma vitrina, deve-se utilizar algum método para registrar essa remoção. O mais simples é colocar uma etiqueta no lugar do objeto, contendo data, hora e razão da remoção e a assinatura de um membro responsável

da equipe. Isso informa tanto os visitantes do museu quanto a segurança e outros membros da equipe. Um sistema similar de registros é necessário para a movimentação de objetos de, e para, reservas de museus. Também se deve utilizar um controle manual ou computadorizado para registrar a movimentação de objetos de, e para, exposições e reservas, tanto internamente à instituição quanto para empréstimos de, e para, outros museus.

5. VIGILÂNCIA, CFTV E PESSOAL

5.1. A NECESSIDADE DE VIGILÂNCIA

É preciso tornar os acervos de museus acessíveis à fruição e à educação dos visitantes. Além das exposições, oferece-se acesso a coleções não expostas, para estudo ou manuseamento por grupos de visitantes. A chave para se proteger o acervo de um museu de vandalismo ou furto está em conseguir um bom equilíbrio entre segurança e acesso. Em grandes museus, isso implica o recrutamento de uma equipe de guardas ou atendentes⁵ para deter ou detectar as ações dos potenciais criminosos. Não se conhece um sistema que substitua completamente uma equipe de atendentes confiável e bem treinada.

O tamanho do museu e os recursos disponíveis ditarão qual nível de segurança poderá ser oferecido. Museus muito pequenos, por exemplo, incluindo-se aqueles gerenciados por voluntários, provavelmente não poderão empregar uma equipe de segurança para trabalhar em período integral. No entanto, seguindo-se os princípios aqui dispostos e observando-se algumas regras fundamentais de segurança, muito pode ser feito para assegurar a proteção do acervo.

Não se conhece uma fórmula que defina o número de funcionários necessário para manter em segurança um determinado edifício de museu. Quando se definirem as necessidades de segurança de um museu, deve-se levar em conta o seguinte:

- a natureza e o uso do edifício;
- o valor, a qualidade e o tipo de objetos do acervo;
- o número, o tamanho e a configuração das salas de exposição;

5. O termo “atendente” é aqui utilizado para designar o funcionário responsável pela segurança no interior das salas de exposição.

- o número de visitantes e os recursos oferecidos;
- tarefas relacionadas a outras equipes e aos bastidores em escritórios e reservas.

Uma vez que isso tenha sido avaliado, bem como os recursos disponíveis, o recrutamento e treinamento passam a ser particularmente significantes para se assegurar um padrão de segurança aceitável.

O pessoal do museu deve ser facilmente identificado pelos visitantes. O uso de algum tipo de uniforme com o logotipo do museu, ou no mínimo o uso de crachás de identificação, auxilia o público quando este procura ajuda e mostra claramente que o edifício e o acervo estão sob supervisão. O pessoal da segurança pode achar que o uso de roupas “comuns” seja uma vantagem na hora de combater alguns problemas recorrentes; porém isso não é recomendável como característica regular de um sistema de segurança.

5.2. REGRAS

E REGULAMENTOS DE PESSOAL

O regulamento de segurança de um museu deve ser formulado claramente, ser público e ter sua aplicação assegurada. Embora algumas regras, como por exemplo avisos de “Não fumar”, devam estar à mostra, em prol dos próprios visitantes, o atendente normalmente precisa do auxílio de um guia em formato compacto, fácil de carregar e estudar. Ele ou ela deve conhecer as regras, e também as medidas necessárias a serem tomadas em casos de descumprimento dessas regras. Um guia de bolso pode fornecer informações, além de assegurar que as medidas estão sendo tomadas de acordo com a vontade da direção do museu e que serão apoiadas caso surjam dificuldades.

Enquanto alguns estabelecimentos têm a possibilidade de empregar atendentes para desempenhar somente o papel de

vigiar salas de exposição, muitos museus os usam para cumprir toda a gama de serviços de segurança e mais outras tarefas. A manutenção da segurança deve incluir conhecimento e treinamento em procedimentos emergenciais em casos de furtos, danos ou incêndio. Uma rotina regular de inspeção deve ser seguida para garantir a segurança dos objetos expostos e a integridade do edifício, bem como para identificar riscos de incêndio. Especialmente no horário de encerramento, uma busca deve ser feita no edifício para garantir que ninguém esteja escondido no edifício e que os detectores do sistema de alarme não tenham sido encobertos por algum tipo de material borrifado ou colado nas janelas. Encobrimentos desse tipo podem muitas vezes ser detectados por meio de uma ronda de averiguação. Isso deve ser feito por aqueles que têm familiaridade com o sistema de segurança, o layout e a geografia do edifício. Como no caso das precauções contra incêndios, uma boa manutenção do edifício gerará dividendos.

Muitos atendentes são chamados a executar tarefas não estritamente relacionadas à segurança. Eles podem ser solicitados em serviços como os de limpeza, portaria e pequenos reparos, assistência a grupos de visitantes, trabalho na recepção ou no balcão de vendas ou auxílio na preparação de novas exposições. Em alguns museus o título “atendente” vem sendo substituído por “assistente”, em reconhecimento à amplitude da gama de tarefas por eles realizada; sente-se que esta maneira de trabalhar adiciona um elemento positivo de variedade à jornada de trabalho e aumenta o sentimento de pertencimento à organização. As tarefas devem, no entanto, ser claramente estabelecidas e descritas em um

documento de “descrição de cargo”, entregue a cada funcionário, mostrando claramente as prioridades. Quando em serviço numa sala durante o período de visitação, o atendente não deve ter qualquer dúvida de que o seu dever prioritário é proteger as pessoas e as coleções que estão no edifício. Interrupções nessas tarefas prioritárias devem ser evitadas, pois são momentos geralmente usados como oportunidades para furtos.

Alguns dos fatores acima precisarão ser considerados quando da avaliação da necessidade de vigilância noturna. Aliás, além disso, será necessário levar em conta a resistência do edifício a invasões, a capacidade de detecção de ataques do sistema de alarme e o lapso de tempo que há antes da reação ao alarme. Muitos edifícios, protegidos de acordo com a consultoria da Resource, podem dispensar o uso de vigias, como acontece com a maioria dos museus menores. Mesmo quando um guarda noturno é empregado, a prática moderna é monitorar o edifício eletronicamente e por circuito fechado de televisão, em vez de patrulhas solitárias regulares.

5.3. **CHEFE DE SEGURANÇA**

No caso de um estabelecimento grande, complexo e muito movimentado, com uma tropa de atendentes considerável, deve-se cogitar a contratação de um Chefe de Segurança, com treinamento, formação e experiência adequados. Um diretor muito ocupado deve ser capaz de delegar a responsabilidade sobre os serviços de segurança a um indivíduo apropriadamente qualificado. Este funcionário qualificado precisa ser consultado em todos os assuntos que influenciem a segurança – vitrinas, exposições temporárias, reformas no edifício, admissão de pesquisadores e qualquer outra alteração que afete o uso do edifício. Ele ou ela deve ser capaz de

desenhar planos para enfrentar emergências e assegurar que a equipe esteja treinada em todos os procedimentos necessários. Em instituições menores, pode ser inviável manter alguém exclusivamente na chefia de segurança. Em casos como esses, um membro da equipe deve ser diretamente responsabilizado pela segurança no edifício do museu.

5.4. **TREINAMENTO**

A equipe responsável pela segurança precisa ser treinada. Instruções regulares dadas pelo curador, por exemplo, aos atendentes e ao restante da equipe antes de uma exposição temporária importante, além de aumentar seu conhecimento, irão ajudá-los a apreciar as qualidades dos objetos expostos e a identificar seu papel no propósito geral do estabelecimento. É extremamente importante que os atendentes sejam respeitados pelas outras equipes do museu e pelo público, e tenham a confiança necessária para desempenhar seu papel. A experiência tem mostrado que os esforços dedicados a construir esse tipo de postura são recompensados⁶.

5.5. **SELEÇÃO DE PESSOAL**

A seleção de pessoal é uma tarefa tão importante que justifica o esforço necessário para averiguar se os antecedentes de um provável empregado não representam nenhum risco potencial para o museu. A importância do cargo não tem qualquer implicação no que se refere à responsabilidade de um empregado de museu no cuidado com as coleções: diferentes membros da equipe podem ter acesso a muitas partes do edifício no curso de seus serviços. Por exemplo, um vigia pode possuir as chaves do edifício e ter muito mais oportunidades de acesso do que a equipe administrativa ou de curadores.

6. Este parágrafo foi abreviado por terem sido eliminadas do texto informações que interessavam exclusivamente a museus do Reino Unido.

5.6. **CIRCUITO
FECHADO
DE TELEVISÃO
(CFTV)**

O uso de CFTV para controlar atividades criminosas vem crescendo rapidamente. Não se trata de uma solução a toda prova, mas pode ser uma ajuda valiosa em conjunção com outros meios de enfrentar ameaças de crime.

O CFTV possibilita que os seguranças sejam distribuídos de maneira mais eficaz: pode agir como um inibidor, fazer gravações para auxiliar investigações posteriores aos incidentes, auxiliar em sistemas de controle de entrada, fornecer informações gerais para auxiliar no gerenciamento do edifício e, onde o edifício é vigiado fora do horário de funcionamento, pode auxiliar no monitoramento do local.

6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

6.1. REGRAS

E REGULAMENTOS

As regras e os regulamentos necessários para se atingir um padrão de segurança aceitável são apenas parte das providências necessárias para se gerir uma organização eficientemente. As regras operacionais de um museu serão provavelmente mais amplamente aceitas por todos que ali trabalham se forem redigidas em consulta aos funcionários, principalmente os responsáveis pela segurança. As políticas nas quais essas regras se baseiam também devem ser do conhecimento dos funcionários, juntamente com as conseqüências em casos de falhas no seu cumprimento. O público deve ser informado sobre as regras vigentes, seja pela maneira como elas são expostas pelos funcionários do museu, seja por meio de sinalização apropriada.

6.2. ACESSO A ÁREAS

RESTRITAS

Deve-se tomar cuidado com quem tem autorização para ingressar em áreas do museu que não são normalmente abertas. Algumas precauções simples podem ajudar a evitar problemas. Visitantes, pesquisadores ou trabalhadores que entram nessas áreas devem ser recebidos e acompanhados; atualmente, muitos museus fornecem crachás ou adesivos para identificar esses estranhos, forma de identificação particularmente útil em museus muito grandes. Deve-se solicitar a pesquisadores e estudantes que se identifiquem em um livro de visitantes ou então deve ser usado um sistema de agenda, com registro constante de horários e datas.

A disponibilização de guarda-volumes onde os visitantes possam deixar seus casacos e bolsas reduz a possibilidade de objetos serem removidos e escondidos. A separação de espécimes ou objetos solicitados para estudos do restante do acervo e a proibição física de um maior acesso, a supervisão constante e a checagem dos espécimes em sua saída e seu retorno reduzem a possibilidade de perda. Essas rotinas transmitem claramente aos

que vão “aos bastidores” a mensagem de que o museu se preocupa com boas práticas de segurança.

6.3. **PRESTADORES DE SERVIÇO**

Deve-se tomar cuidado na seleção de prestadores de serviço, não só no que se refere às suas habilidades e experiência, mas também para garantir que pertençam a organizações bem estabelecidas, que trabalhem dentro dos padrões aprovados. Antes de se permitir a entrada de qualquer prestador de serviços no edifício, deve-se firmar um contrato ou algum outro tipo de acordo escrito, que cubra todos os aspectos do trabalho a ser empreendido. Isso deve incluir manutenções regulares e outros serviços rotineiros.

Antes que sejam empreendidos trabalhos perigosos (com materiais quentes, por exemplo), deve-se procurar a consultoria de um especialista para garantir que a segurança das pessoas e dos bens tenha sido plenamente levada em conta.

Reduz-se a possibilidade de criminosos usarem contratos de trabalho como cobertura, e assim ter acesso ao edifício e desativar alarmes, vistoriando ao acaso os prestadores de serviço e também qualquer veículo estacionado no local, para garantir que nem as coleções nem outro material estejam sendo removidos ilegalmente. A definição em contrato do direito a vistorias ajudará nesses procedimentos.

6.4. **ENTREGAS**

O recebimento e a entrega de materiais exigem uma atenção especial, pois representam um ponto fraco em qualquer processo de movimentação de artigos de, ou para, acervo. Uma área para recebimento de obras fechada e segura,

trancada tanto à rua quanto ao restante do edifício, proporciona considerável segurança. Onde tais recursos não existem, a duração da parada e a garantia de que o veículo seja rapidamente carregado ou descarregado, e nunca seja deixado sem atenção, são fatores importantes a se considerar. É também prudente restringir as informações sobre datas e horários somente àqueles que realmente precisarem saber.

6.5. **EVENTOS PRIVADOS**

Muitos museus oferecem seu espaço para eventos privados ou comerciais, tanto durante como após o horário de funcionamento, e organizam suas próprias recepções para a inauguração de exposições especiais. É importante que esses eventos sejam cuidadosamente supervisionados. Devem ser estabelecidas condições especiais a serem aplicadas a todos os eventos, para evitar danos ao acervo⁷.

6.6. **CONTROLE DE CHAVES**

Deve haver uma política rígida quanto à entrega, a posse e o depósito de chaves. Muito freqüentemente a posse das chaves é baseada no *status* ou na conveniência, quando os fatores decisivos deveriam ser a real necessidade e a responsabilidade. Deve-se tomar cuidado, ao se planejar um museu novo ou uma grande reforma, em garantir que haja espaço disponível suficiente para os equipamentos eletrônicos e mecânicos do escritório utilizados pelos funcionários, pois o armazenamento do maquinário e dos equipamentos em almoxarifados induz à entrega de chaves importantes a um excessivo número de funcionários. Todas as chaves (inclusive as de segurança),

7. Este parágrafo foi abreviado por terem sido eliminadas do texto informações que interessam exclusivamente a museus do Reino Unido.

exceto as das portas externas que ficam sob os cuidados de portadores designados, devem permanecer dentro do edifício em um armário seguro ou em um cofre, identificadas por um sistema de códigos – não com uma etiqueta indicando o seu propósito (ex.: “depósito de prataria”). O sistema de entrega deve funcionar em um local seguro, idealmente em uma sala de controle de segurança. Algum sistema de autorização para a distribuição de chaves precisa ser estabelecido, baseado na necessidade e na responsabilidade. As chaves devem ser entregues somente a membros autorizados da equipe mediante a assinatura em um livro de registro mantido exclusivamente para esse fim. As chaves não devem, em nenhuma hipótese, ser entregues a prestadores de serviço ou a outros agentes externos. Um sistema adequado permitirá uma inspeção ao final do dia para se confirmar que todas as chaves tenham sido devolvidas⁸.

Horários de abertura e fechamento podem ser vulneráveis quando há um único portador de chaves (especialmente se ele for chamado ao edifício em horários não habituais), e isso deve ser levado em conta na definição dos procedimentos. O que certamente deve ser evitado é permitir que um único membro do pessoal, o faxineiro por exemplo, seja o primeiro a chegar e o último a sair.

A polícia local e a empresa de segurança e de combate a incêndio devem sempre possuir dados completos e atualizados dos portadores das chaves do edifício.

8. Esta seção foi abreviada por terem sido eliminadas do texto informações que interessam exclusivamente a museus do Reino Unido.

6.7. **CONTROLE
DE ACESSO**

Os avanços tecnológicos trouxeram nos últimos anos vários meios de se controlar o acesso de visitantes, de funcionários do museu e de outras pessoas ao edifício e a suas partes interiores. Alguns métodos podem incluir uma antecâmara, na qual a pessoa é admitida, mas sua progressão no interior do edifício só é liberada depois que suas credenciais tenham sido confirmadas.

A maioria das pessoas tem familiaridade com controles de acesso feitos por portas operadas digitalmente e/ou com a passagem de um cartão magnético por um leitor automático. Estas formas de controle, no entanto, são primárias, pois podem ser superadas por funcionários que divulgam seus códigos a terceiros ou emprestam os seus cartões. A menos que essas portas sejam rigorosamente monitoradas, há ainda a possibilidade de outros entrarem discretamente atrás de um indivíduo autorizado. Onde se julgar adequado, pode-se tratar deste problema utilizando-se portas rotatórias ou catracas. Há tecnologias mais avançadas, tais como identificação de impressões digitais, de retina ocular e de voz, para os casos em que se almejam níveis de controle extremamente altos.

6.8. **SEGURANÇA DE
COMPUTADORES**

Em princípio este *Roteiro* preocupa-se com medidas para proteger os objetos museológicos. No entanto, o crescente uso de computadores em exposições e para o armazenamento de registros atrai suas próprias ameaças de crime. Os computadores podem ser protegidos, do mesmo modo que os objetos museológicos, pela boa segurança e vigilância do edifício, mas há ainda no mercado dispositivos específicos para se proteger os computadores.

6.9. **FURTOS**

Os furtos em museus devem sempre ser comunicados à polícia. Além disso, é recomendável comunicar detalhes completos de cada incidente ao órgão competente,

encarregado de supervisionar os museus afetados, que pode fornecer formulários adequados a esse tipo de relatório. Pode ainda ser útil avisar os outros museus da região ou ainda aqueles com um acervo similar ao do incidente.

Tais informações contribuem para configurar um quadro geral dos crimes relacionados aos museus. Isso também permite que padrões criminais sejam identificados. Algumas vezes os furtos podem ser evitados se um museu aprender com a experiência de outro.

6.10. **PLANOS DE EMERGÊNCIA**

Todo museu precisa de um plano de emergência bem elaborado para casos de incêndio, inundação ou outros desastres. Deve haver uma consulta rigorosa ao Corpo de Bombeiros e à polícia local, visando a um acordo no planejamento de:

- como evacuar as coleções;
- onde estocá-las temporariamente;
- como transportá-las;
- como manter a segurança durante todo o processo.

Em algumas áreas onde danos causados por água forem um problema, grandes supermercados ou outros edifícios podem concordar em fornecer recursos de armazenamento refrigerado.

7. TRANSPORTE

Uma vez que qualquer objeto tenha sido retirado de um ambiente seguro de um museu, precisará de atenção ainda maior que a usual para que não seja danificado nem perdido.

7.1. CONDIÇÕES

Para proteger fisicamente os objetos durante o seu deslocamento são necessárias embalagens adequadas. Também são necessárias pessoas ou empresas confiáveis para levar os objetos de um lugar ao outro. Os veículos devem ser apropriados e convenientemente aparelhados com equipamentos de segurança e combate ao fogo. Medidas especiais de controle ambiental também podem ser necessárias e devem ser consideradas neste momento⁹.

7.2. PLANEJAMENTO

Lembrando que o deslocamento dos objetos pode ser feito via estradas, ferrovias, mar ou ar, é essencial haver uma cuidadosa coordenação entre os locais de saída e chegada. O controle do deslocamento dos objetos dentro dos limites da cidade é tão importante quanto o deslocamento intermunicipal ou para destinos internacionais.

7.3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Procedimentos especiais foram acordados e estabelecidos na maioria dos grandes portos, aeroportos e no Eurotúnel¹⁰.

9. Este parágrafo foi abreviado por terem sido eliminadas do texto informações que interessavam exclusivamente a museus do Reino Unido.
10. Túnel sob o Canal da Mancha.

8. ACOMPANHANTES DE CARGA (*COURIERS*)

- 8.1. **O PAPEL DOS ACOMPANHANTES DE CARGA** Assim como vigilantes são requisitados para supervisionar exposições, acompanhantes de carga são requisitados para supervisionar o transporte de objetos de alto valor de uma localidade a outra, seja por estradas, ferrovias, mar ou ar.

Um acompanhante de carga deve conhecer a natureza e o valor do objeto escoltado, bem como o método de transporte utilizado e os procedimentos adotados por alfândegas em portos e aeroportos.

- 8.2. **REQUISITOS** Bom senso e equilíbrio são qualidades essenciais a um bom acompanhante de carga, especialmente na eventualidade de uma emergência. Os acompanhantes de carga devem estar completamente cientes da maneira como o objeto foi preparado e embalado para o transporte, e também saber lidar com quaisquer problemas ou procedimentos tais como raios X e condições climáticas.

Um planejamento cuidadoso das rotas e o sigilo em relação a todos os movimentos são essenciais, sobretudo se o objeto for particularmente raro ou valioso.

Uma vez no destino final, não importa se no Reino Unido ou no exterior, o acompanhante de carga precisará ter certeza de que os objetos chegaram com segurança, que as condições ambientais e de segurança são satisfatórias e que a desembalagem, a preparação e a forma de exposição dos objetos sob os seus cuidados serão supervisionadas.

- 8.3. **SEGURANÇA** É importante garantir a segurança de objetos museológicos, desde o momento em que é removido de uma vitrina ou

reserva até o seu retorno à instituição proprietária. Conservação, documentação, fotografia, embalagem, acondicionamento e armazenamento são, todos, elementos a serem considerados na monitoração deste processo. Cada passo deve ser registrado.

8.4. **RELATÓRIOS DE CONDIÇÕES**

Os relatórios sobre as condições de objetos emprestados por museus são hoje um requerimento-padrão de muitas instituições que emprestam seus objetos. Eles podem vir a ser cruciais no caso de danos aos objetos ou se uma ação for movida contra a instituição que tomou os objetos emprestados. Às vezes, o preenchimento de tais relatórios pode caber ao acompanhante de carga.

RESUMO

É necessária uma comunicação efetiva, envolvendo toda a equipe especializada nos procedimentos de segurança, para que ninguém trabalhe isoladamente.

Os maus hábitos devem ser abolidos e, em seu lugar, introduzidos procedimentos eficazes para prover e manter um nível de proteção em todas as instâncias.

A segurança nunca poderá ser total, porém, com a boa vontade de todos os envolvidos e a aplicação dos princípios dispostos neste documento, qualquer ameaça pode ser reduzida a proporções gerenciáveis, fazendo com que os investimentos em segurança valham a pena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSAR, M. *Environmental Management: Guidelines for Museums & Galleries*. London: Routledge/MGC, 1995.

Fire Protection Association (FPA). *Heritage Under Fire*. 2nd ed. London: FPA, 1995.

International Council of Museums (ICOM). *Museum Security and Protection: A Handbook for Cultural Heritage Institutions*. London: Routledge, 1993.

LORD, B. & DEXTER LORD, G. (eds.). *The Manual of Museum Planning*. London: HMSO, 1991.

SIXSMITH, M. (ed.) *Touring Exhibitions. The Touring Exhibitions Group's Manual of Good Practice*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1995.

<i>Título</i>	<i>Segurança de Museus</i>
<i>Autor</i>	Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries
<i>Tradução</i>	Maurício O. Santos Patrícia Ceschi
<i>Produção</i>	Marcelo Cordeiro
<i>Projeto Gráfico</i>	Marcelo Masuchi Neto
<i>Capa</i>	BC & H Design Marcelo Cordeiro
<i>Revisão Técnica</i>	Rosaria Ono Marcelo Mattos Araújo
<i>Revisão de Texto</i>	Cristina Marques
<i>Revisão de Provas</i>	Fabiana Borba de Oliveira
<i>Divulgação</i>	Regina Brandão Rodrigo Scialfa Falcão Aline Frederico
<i>Secretaria Editorial</i>	Eliane dos Santos
<i>Formato</i>	19,5 x 26,8 cm
<i>Mancha</i>	9,5 x 19,3
<i>Tipologia</i>	Aldine 401 BT 10/17
<i>Papel</i>	Cartão Supremo 250g/m ² (capa) Offset 90 g/m ² (miolo)
<i>Número de Páginas</i>	60
<i>Tiragem</i>	3 000
<i>Laserfilm</i>	Edusp
<i>Fotolito</i>	Binhos Fotolito
<i>Impressão e Acabamento</i>	Lis Gráfica

A Edusp é afiliada à

ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME